

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao nosso conhecimento que existem queixas repetidas dos trabalhadores do ACES do Médio Tejo sobre a aparente paralisia do serviço de Recursos Humanos do mesmo.

Há profissionais que pedem alteração de horário ao abrigo da lei e sem qualquer razão ou questão pertinente estão mais de um ano à espera de resposta ou parecer sobre o mesmo, sem que ao trabalhador seja prestada qualquer justificação.

É sugerido aos trabalhadores que para aprovação de horários se opte por regime flexível, o que os trabalhadores acatam, mas mesmo depois desses horários serem aprovados demora mais de um ano a que o sistema biométrico de controlo de assiduidade assuma as alterações.

O regime de 40 horas de trabalho passou a 35 horas já há um ano, mas os trabalhadores são obrigados a semanalmente apresentar justificação de faltas pois o sistema biométrico de assiduidade não é atualizado e continua a marcar 5 horas semanais de falta aos trabalhadores. Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e da alínea d) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo, através do Ministério da Saúde, o seguinte:

1.º - Tem conhecimento que a aprovação de uma alteração de horário a trabalhadores do ACES Médio Tejo demora mais de um ano?

2.º - Tem conhecimento do motivo pelo qual, mesmo aprovado o horário, demora muitas vezes mais de um ano a que o Sistema SISQUAL (registo biométrico de assiduidade) seja atualizado?

3.º - Sabe o motivo pelo qual o horário de muitos profissionais passou de 40 para 35 horas e um ano após tal mudança lhes seja exigido semanalmente justificação de 5 horas de faltas que lhe são atribuídas no SISQUAL (registo biométrico de assiduidade) como se o horário ainda fosse de 40 horas?

4.º - Sabe a razão pela qual até hoje não foi apresentada aos trabalhadores qualquer razão que justifique tal atuação?

5.º - Que diligência tenciona o Ministério tomar para averiguar e regularizar estas situações?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 27 de Julho de 2017

Deputado(a)s

ANTÓNIO FILIPE(PCP)